POPULISMO E IDENTIDADE NACIONAL: REFLEXÕES SOBRE SUAS ORIGENS E POSSIBILIDADES

Populism and national identity: Reflections on its origins and possibilities

Ricardo da Silva Ramos

Doutorando em Ciência Política no IESP/UERJ, graduado em Ciências Sociais pela UFRJ e mestre em Ciência Política pelo IESP/UERJ.

Resumo

Após a eleição de Donald Trump para a presidência dos EUA e a saída da Inglaterra da União Europeia, as ciências humanas e sociais voltaram suas análises para o fenômeno do populismo e sua relação com o funcionamento das democracias contemporâneas. Certas contribuições intelectuais apresentam o populismo a partir de um viés autoritário e antipluralista, relacionado a uma concepção de identidade nacional oriunda de imaginários nacionalistas, de perfil chauvinista e xenofóbica. O presente trabalho visa dialogar, a partir das definições que tais autores lançam sobre o conceito de populismo, de que forma a identidade nacional pode ser interpretada para além de sua vertente autoritária propagada pela direita radical, sendo elemento que pode vir a contribuir para a estabilidade das democracias e o sucesso de implementação de políticas redistributivas, teorizando sobre a importância de concepções que apontem a relação do pertencimento coletivo e dos significados compartilhados com características importantes das democracias.

Palavras-chave: populismo; identidade nacional; identidade; pertencimento

Abstract

After the election of Donald Trump to the presidency of the USA and the departure of England from the European Union, the social sciences turned their analyzes to the phenomenon of populism and its relation to the functioning of contemporary democracies. Certain intellectual contributions present populism from an authoritarian and anti-pluralist bias, related to the conception of national identity arising from nationalist imaginaries, of a chauvinist and xenophobic nature. The present work aims at dialoguing, from the definitions that these authors launch on the concept of populism, how the national identity be interpreted beyond its authoritarian aspect propagated by the radical right, being an element that can contribute to the stability of the democracies and the successful implementation of redistributive policies, theorizing about the importance of concepts that point to the relationship of collective belonging and shared meanings with important characteristics of democracies.

Keywords: populism; national identity; identity; belonging

Introdução

Por conta da ascensão eleitoral da extrema direita nos países do norte global, o populismo tornou-se novamente tema de ampla investigação, gerando publicações que se tornaram best-sellers e furaram a bolha acadêmica das ciências humanas e sociais. Porém, o tema é usualmente tratado a partir de sua união com elementos de um anti-pluralismo, da repulsa a certas elites e de um nacionalismo xenofóbico, que questionam as bases da democracia liberal e apresentam perigo ao seu exercício. Tais interpretações colocam o ressurgimento desta vertente radical da identidade nacional enquanto relacionadas a ojeriza à imigração e as mudanças étnicas na Europa e nos EUA, mas também a partir de ansiedades econômicas advindas da globalização e o aumento da desigualdade nas nações ricas do globo.

O presente trabalho visa discutir o conceito de populismo dentro do trabalho de alguns acadêmicos que trataram do tema, ao mesmo tempo em que compreendemos por quais razões, sejam estas de ordem econômica ou cultural, foi possível que tal movimento retomasse força no cenário político. Tal debate será ligado à discussão feita por pesquisadores de teoria política e filosofia política, notadamente escritos ao longo da década de 1990 até meados da década de 2000, em que se discutia normativamente a identidade nacional, compreendendo-a para além de sua vertente autoritária e iliberal, imaginando até certo ponto como que o compartilhamento de significados em comum e uma sensação de pertencimento à comunidade são fundamentais para o funcionamento da democracia.

O artigo se inicia a partir de uma discussão sobre o conceito de populismo, em que as interpretações de Jan-Werner Muller e Nadia Urbinati são levantadas, principalmente a partir da análise da última do fenômeno a partir de uma nova configuração da democracia representativa, além de artigo de Michael Bauer e Stefan Becker sobre populismo e administração pública. Posteriormente, se debaterá os motivos pelos quais tal fenômeno retornou com força à arena política, com os artigos e análises empíricas de Noam Gidron e Peter Hall e C. De Vries, M. Tavits e H. Solaz. Ainda nesse tema, Przeworski e Roger Eatwell e Matthew Goodwin discutem questões econômicas e culturais do assunto. Tais questões estarão unidas com análises da teoria política e da filosofia política dos anos 1990 acerca do tema da identidade nacional, em que se dialogam com suas três vertentes (conservadoras, liberais e socialistas), além de sua união com a democracia, notadamente a partir das obras de David Miller e Charles Taylor.

O conceito de populismo

Analisar as principais contribuições intelectuais do conceito de populismo é fundamental para compreender a relação que se estabelece entre o fenômeno e a identidade nacional. Jan-Werner Muller discute a ideia de populismo enquanto relacionada a uma resposta iliberal a percepção da democracia enquanto burocratizada e distante dos anseios do povo, que não seria mais capaz de representar fidedignamente a população (Muller, 2016, p. 07-11). Porém, Muller é um crítico da investigação tradicional acerca do tema, colocando que categorias de interpretação do populismo como ligado ao “gasto fiscal” de políticos de partidos de esquerda, ou a utilização de categorias como “política do medo” e “ressentimento” são insuficientes para conferir exploração satisfatória do tema. Especificamente sobre o ressentimento, Muller argumenta que se leva uma ideia de que os sujeitos que propagam tais ideologias são demasiado emocionais e incapazes de racionalização, uma interpretação psicologizante que foge do domínio da política e das causas que tornaram o populismo um acontecimento novamente relevante (Muller, 2016, p. 12-19).

Nesse sentido, a chave está em teorizar os populistas não pelo viés moralista antielite, mas, sobretudo, da união disto com características antipluralistas, em que se realiza um recorte uma parte específica da população de um país e as reconhece como “verdadeiro povo”, segregando aqueles que não fazem parte de tal grupo à ilegitimidade cultural e política. Ou seja, não é o mero apelo ao povo que torna um determinado político populista, mas sim sua convocação a certo nicho dessa população que representaria a essência deste, em que os sujeitos moralmente puros estão em contraposição àqueles que seriam os agentes corruptos e contrários aos anseios populares (Muller, 2016, p. 20-25). O aspecto de divisão da população em categorias que o populismo apresenta será foco da maior parte dos autores trabalhados neste breve artigo, sendo esta uma diferença substantiva com interpretações mais democráticas da identidade nacional.

Selecionando a si mesmos como os únicos representantes da verídica compreensão de nação, os populistas deslegitimam a concorrência eleitoral e a colocam no espectro da relação amigo vs. inimigo, simbolizando seu antagonista enquanto agente da elite corrupta, ao mesmo tempo em que sua derrota nas urnas será justificada enquanto uma falsa representação do povo por tal sistema político. De certa forma, sua proposição não é de uma total simetria entre representantes e representados, mas de que o político deve ser a voz de seus eleitores, gerando como consequência poucas vias para que os mesmos possam conferir aspectos de prestação de contas dos eleitos (Muller, 2016, p. 25-32). Muller lança o conceito de representação direta (oriundo das obras de Nadia Urbinati) como fundamental, já que o populismo defende a derrocada dessas instituições mediadoras (como a imprensa), numa relação com o eleitor que deve ser feita pelo próprio político. Por fim, a

falta de contradição interna e a devoção ao líder são características de partidos populistas, diminuindo seu grau de democratização e imaginando que o mesmo apresenta atos justificáveis por si mesmos (Muller, 2016, p. 33-40).

A relevância intelectual de Nardia Urbinati está para além do conceito de populismo, mas também na teorização de como esse fenômeno afeta a democracia e a relação dos sujeitos com o sistema político. Assim como Muller, a autora considera que devemos ter uma abordagem diferente da ideia de populismo, colocando que o tal conceito representa uma nova forma de se expressar a democracia representativa, em que há contato direto do líder com as massas, a partir da dinâmica de um “verdadeiro povo”. Ou seja, o populismo é uma arma retórica que, pela transformação da lógica usual da representação, visa combater elites e colocar seu nicho político como o único legítimo. O populismo faz isso a partir de um modelo de representação direta, em que não há intermediários entre representantes e representados e as eleições não devem ser competitivas, funcionando apenas como forma de celebração a seus líderes (Urbinati, 2019, p. 01-08).

A partir desta falta de mediação e da representação direta, passando pela elaboração de uma nova concepção de povo, o populismo altera o princípio majoritário democrático (que coloca a necessidade de pluralismo para a liberdade dos cidadãos) trocando isso pela visão da figura populista enquanto encarnação viva da essência da população. Embora a autora procure enxergar as bases democráticas que formam tal fenômeno (fundamentalmente sua manifestação enquanto movimento popular), Urbinati não deixa de afirmar que o antipluralismo do populismo pode se desenvolver para características autoritárias, próximas ao fascismo (Urbinati, 2019, p. 09-16). Porém, embora possam existir momentos de similaridades, o fascismo visa a destruição do princípio democrático, enquanto o populismo se trata de alterar o entendimento de representação para algo que deixe de limitar a relação entre eleitor e eleito apenas por intermediários (Urbinati, 2019, 17-20).

Tais momentos de escalada e similaridade com o fascismo existem, especialmente, pela relação que os populistas apresentam com a oposição, considerando-a enquanto ilegítima e buscando uma forte centralização do poder que não permita sua livre manifestação. A consequência disso é o fortalecimento de certa burocracia que deve estar ao alcance do líder populista, impedindo o pleno funcionamento dos direitos daqueles que não são identificados como pertencente ao lado verdadeiro da população (Urbinati, 2019, p. 21-23). A autora toma Bernard Manin como referência e cita sua consideração acerca do populismo como uma passagem da democracia partidária para a democracia de audiência, em que a participação em estruturas de construções coletivas é trocada pela fidelidade de uma agremiação ou liderança em particular, argumentando novamente o populismo enquanto uma nova forma de relação entre representante e representado, de

confiança do último do primeiro, sem a necessidade de prestação de contas acerca de seus atos (Urbinati, 2019, p. 24-29).

Por fim, Michael Bauer e Stefan Becker procuram compreender como o regresso democrático causado pelo fenômeno do populismo interfere e tem como objetivo perturbar o funcionamento natural da administração pública. Os autores mostram-se preocupados na forma em como políticos populistas apresentam uma relação com a burocracia estatal e administrativa a partir de elementos que os mesmos caracterizam por centralização de estrutura e recursos, politização de normas e do *staff* estatal e, principalmente, da redução dos mecanismos de prestação de contas. Embora o foco seja por uma análise mais empírica, verificando como certos políticos populistas agiram enquanto ocupavam seus cargos, os autores trabalham a partir de uma definição do fenômeno enquanto anti-pluralista e da visão de apenas uma vertente do povo como legítima, mas focando principalmente em como se busca aparelhar a burocracia estatal para atender seus próprios interesses (Bauer; Becker, 2020, p. 19-21).

Há o entendimento de que o populismo é capaz de assumir várias formas possíveis, e que seus objetivos e estratégias traçadas não serão fixos. De acordo com as mais variadas interpretações sobre a natureza do Estado, a centralização da estrutura e da alocação de recursos, a politização de cargos e normas e a falta de *accountability* serão distintas. Os autores avaliam o governo de Viktor Orbán na Hungria como um exemplo de administração populista, em que sua estratégia visou capturar as instâncias estatais já existentes, exigindo forte lealdade daqueles que foram colocados em cargos chaves. Já Alberto Fujimori, com uma visão negativa da atuação estatal mais próxima do neoliberalismo dos anos 1990, optou por dismantelar as instâncias governamentais, ainda que centralizando determinadas áreas, como as forças armadas (Bauer; Becker, 2020, p. 22-26).

These five directions of change - centralizing structures (1) and resource allocation (2), politicizing staff (3) and norms (4), and reducing external accountability (5) - resemble many reform trends associated with governments considered firmly pluralistic. It is, therefore, not the direction of these reforms, but their depth that makes them anti-pluralist. In these historical instances, centralizing structures was aimed not only at better control but also at the elimination of internal dissent. Reallocating resources was not a mere manifestation of priorities but meant that starving out of deviant agencies. At the same time, staff was not be simply better led but to be made completely obedient, while norms of bureaucratic neutrality were not softened but abolished. Eschewing accountability was the norm rather than the exception (Bauer; Becker, 2020, p. 23).

Embora Donald Trump compartilhe do mesmo imaginário negativo sobre o Estado e tente dismantelá-lo, a burocracia das instituições americanas não lhe confere poder

suficiente, restando à tentativa de sabotar o Estado através de mudanças de *staff* e da realocação de recursos, retirando verbas das instâncias das quais deseja prejudicar. Por último, Christoph Blocher, na Suíça, é exemplo de um populista com visão positiva acerca da atuação estatal, mas que, novamente, a consolidada burocracia suíça lhe permitiu apenas pensar em reformas para o país, já que nunca conseguiu apoio suficiente, sobretudo no legislativo, para implementar suas políticas. Capturar, dismantelar, sabotar e reformar são, portanto, estratégias antipluralistas que reduzem o *background* democrático dos Estados, sendo estes modelos políticos possíveis de serem seguidos por populistas (Bauer; Becker, 2020, p. 26-29).

Razões econômicas e culturais do populismo

Após a teorização sobre o conceito de populismo, focado em suas características antipluralistas e de sua abordagem por uma nova forma de democracia representativa, urge compreender por que motivos o fenômeno retornou como elemento importante da política contemporânea, mobilizando líderes e partidos de diferentes partes do globo. Peter Hall e Noam Gidron colocam a ascensão dessas organizações, que os autores classificam enquanto autoritárias, a partir da chave do problema da integração social, ou seja, da marginalização que certos atores sofreram nas últimas décadas, colocando pontos econômicos e culturais, como o desemprego e as opiniões acerca da imigração (Hall; Gidron, 2019, p. 01-03).

A problemática da integração social ocorre por uma sensação de que o indivíduo está desposado de conexão com sua terra natal, seja pelo aumento dos níveis de desigualdade nesses países centrais e da piora da qualidade dos empregos, seja por uma maior presença de minorias dentro do espaço público local. A diferenciação de status que tais fenômenos acarretam geram ansiedades, gerando a interpretação de uma suposta elite corrupta em oposição aos interesses populares, aproximando faixas de eleitores das plataformas populistas (Hall; Gidron, 2019, p; 04-10). Os autores se utilizam de *surveys* realizados com populações da Europa e dos EUA, avaliando de que forma os sujeitos pensam sua própria colocação na distribuição social de seus países, sendo fundamental para compreender de que forma os indivíduos posicionam a si mesmos, avaliando a sensação de marginalização. A confiança em outros sujeitos ao seu redor, o grau de autorrespeito que julga receber e a frequência com a qual está presente em eventos coletivos são critérios que medem a integração social, posteriormente relacionados em como esses indivíduos se comportam eleitoralmente como favoráveis aos populistas. (Hall; Gidron, 2019, p. 11-16).

Analisando um maior número de pesquisas, os autores notam correlações entre aqueles que apresentam baixo nível de integração social com os mesmos que relatam

dificuldades econômicas, encontrando o mesmo fenômeno para os que contestam negativamente para a afirmação de direitos básicos a comunidade LGBT, por vezes relacionado à propagação de uma agenda dessa elite que os populistas visam combater. O menor nível educacional também está correlacionado a proximidade à cultura conservadora, assim como o distanciamento social com a pobreza, ao mesmo tempo em que tal população marginalizada não apresenta confiança considerável na democracia e nas regras do sistema político (Hall; Gidron, 2019, 17-22). Unindo todos os fatores, os autores chegam à conclusão de que os sujeitos marginalizados tendem a votar em partidos populistas, especificando que as dificuldades econômicas os aproximam da esquerda, enquanto fatores culturais os colocam à direita. Resumidamente, fatores econômicos e culturais afetam o grau de pertencimento com o qual certas populações se enxergam, gerando problemas de integração social que levam a comportamento político populista (Hall; Gidron, 2019, p. 23-29).

Também trabalhando o tema do populismo a partir de pesquisas empíricas, C. De Vries, M. Tavits e H. Solaz pensam o assunto a partir das evidências que apontam maior tendência ao voto em partidos de extrema direita a partir de como os sujeitos são afetados por problemas econômicos (De Vries; Tavits; Salaz, 2017, p. 01-03). Os três autores apresentam o conceito de “Right-wing authoritarianism” (RWA) como tal propensão a ideias ligadas a direita radical, elaborando pensamento de que o mesmo pode ser um produto de uma socialização desde a infância, mas pode também ser influenciado pelas alterações sociais dos tempos (como renda e emprego), mudando as percepções dos sujeitos daquilo que deve ser tolerável, sobretudo socialmente. O primeiro fator significa que aqueles que enxergam o mundo como ameaçador estarão suscetíveis ao RWA mesmo em prosperidade econômica, enquanto outros, com distante interpretação da sociedade, adentrarão neste cenário conservador por problemáticas ligadas aos fatores econômicos (De Vries; Tavits; Salaz, 2017, p. 04-06).

Desemprego e flutuações de renda são os critérios utilizados pelos autores para prosseguirem com suas pesquisas empíricas, além da percepção individual de autoritarismo sendo verificada a partir de quatro perguntas, em que se avalia a opinião dos sujeitos sobre temas como a autonomia ou a obediência infantil como ideais normativos de comportamento das crianças. Nisso, o cruzamento de dados evidencia, na argumentação dos autores, de que os sujeitos que respondem com tendência mais conservadora aos questionamentos acerca da imigração, mudanças climáticas, o banimento das viagens de países muçulmanos aos EUA (como temas caros aos populistas americanos) são os mesmos indivíduos que mais foram afetados pela crise de 2008, sofrendo de ansiedades econômicas que os colocam nessa posição antielite e alteraram significativamente a forma como os mesmos agem politicamente (De Vries; Tavits; Salaz, 2017, p. 07-12).

Nesse sentido, os resultados evidenciam que o nível de Right-wing authoritarianism é proporcional às flutuações de renda dos indivíduos, sendo o mesmo fator verificável para aqueles que perderam seus empregos estáveis. Tal característica demonstra preferências a políticas conservadoras nessa população, notadas também a partir de surveys realizados em países europeus, focando exatamente nas populações afetadas pela crise do final da década de 2000. Importante ressaltar que são aqueles que não apresentam interpretação conservadora de mundo a priori que são os novos sensibilizados às análises de tipo RWA, sendo esta uma população que inclusive esteve ligada a partidos de esquerda em um passado pouco distante (De Vries; Tavits; Salaz, 2017, p. 13-20).

Adam Przeworski é outro autor que mostra preocupação com o avanço do populismo, mas analisa sua ascensão a partir do colapso dos sistemas partidários tradicionais dos países do norte global, da fragmentação que contribuiu para a instabilidade desse modelo até então pouco flexível desde o pós-Segunda Guerra Mundial. O ponto não é por alegar que os mesmos são bastiões protetores da democracia, mas sim que a fragilidade serviu para abrir espaço aos partidos não democráticos (Przeworski, 2019, p. 81-86). O autor argumenta que o populismo é motor de tal característica, ressaltando seus elementos de representação direta e antiestablishment, mas alegando que os partidos de direita radical se destacam por uma perspectiva nacionalista e nativista da política, enquanto a esquerda foca em pautas econômicas. Przeworski mostra dados sobre a decadência dos partidos tradicionais e a ascensão dos de direita radical, questionando se o fenômeno ocorre por uma mudança ideológica do eleitorado ou por características de distanciamento dos partidos com o restante da população (Przeworski, 2019, p. 87-94).

Porém, a argumentação de Przeworski está focada em como outras divisões, para além da tradicional direita/esquerda são capazes de repartir o eleitorado, colocando a imigração como aspecto que realiza tal fissura, dificultando a abordagem que os partidos centristas devem adotar para chegar a seu eleitorado, já que não devem (em tese) abrir mão de suas perspectivas ideológicas próximas ao cosmopolitismo. Dentro desse contexto, Przeworski alega que uma mudança dos votos centristas para a direita radical são mais questões de correlação do que exatamente de causalidade, já que não necessariamente os votos do último se devem a uma mudança ideológica da sociedade ou pelo afastamento desses partidos com o povo, sendo o autor um grande crítico aos surveys de avaliação da população acerca da efetividade da democracia, acreditando que os mesmos apresentam poucos dados efetivos, não oferecendo respostas para se o fenômeno identifica uma insatisfação com a democracia ou uma tendência autoritária (Przeworski, 2019, p. 95-102).

O autor não deixa de destacar que mudanças nas condições econômicas foram fundamentais para a ascensão desses partidos, seja o aumento das desigualdades e a desindustrialização de algumas partes da Europa e dos EUA, gerando nos sujeitos a crença

de que uma melhora nas condições de vida material não ocorrerá, e que a vida dos pais daquele indivíduo pode ser materialmente mais farta do que a de seus filhos. Globalização e o crescimento econômico da China como ator importante são argumentos usualmente levantados, mas Przeworski destaca o fim do “pacto de classes” iniciado pela repressão aos sindicatos e menor gasto público a partir das políticas neoliberais enquanto causas mais robustas (Przeworski, 2019, p. 103-112). A elevada polarização, o distanciamento da opinião dos sujeitos (na qual a percepção de democratas e republicanos dos EUA sobre seus adversários é destacável), principalmente no que diz respeito ao tema da imigração, são temas que para Przeworski destacam o aspecto não econômico do populismo. Sua preocupação está principalmente na criação de espaços epistemológicos distintos, em que a aceitação de fatos se dá por afinidade de identidade com a mesma, pouco importando a realidade dos acontecimentos (Przeworski, 2019, p. 113-121).

Por fim, Roger Eatwell e Matthew Goodwin argumentam de que forma a imigração acabou por gerar grandes ansiedades nestes grupos ligados aos partidos e demandas populistas, fazendo-os questionar sobre a possibilidade de dissolução da sua própria identidade. Mudanças étnicas profundas a partir dos anos 1990 na Europa e nos EUA se apresentam como fenômenos históricos importantes, na qual a população não branca passa, ao longo dos anos, a não ser mais hegemônica em uma série de países. Importante ressaltar a diferença para as políticas de imigração anteriores à segunda guerra mundial, na qual a prioridade era excluir àqueles advindos do sul global e oferecer preferência às populações brancas (Eatwell; Goodwin, 2018, p. 101-106).

Os autores ressaltam como que o medo apenas de uma possibilidade da imigração em massa pode fazer com que se aumente o grau de adesão ao nacionalismo populista, oferecendo o exemplo do Leste Europeu que, mesmo sem alterações étnicas profundas, teve o discurso contrário à imigração sendo aspecto de relevante discussão na política daqueles países, carregando a fobia da destruição da identidade nativa. Por conta disso, Eatwell e Goodwin alegam sua discordância com a opinião de que os laços comunitários nacionais estão se dissolvendo para uma ordem cosmopolita, já que tais ansiedades e angústias evidenciam como que a identidade nacional ainda é relevante demarcador em diversas partes do globo (Eatwell; Goodwin, 2018, p. 107-112).

Nesse sentido, o ponto dos autores é por destacar que a questão é mais por uma ansiedade gerada por mudanças étnicas profundas do que uma natureza racista que sempre esteve impregnada nas mentes daquele eleitorado. Eatwell e Goodwin destacam que podem existir formas legítimas de se pensar a identidade nacional, tomando a obra de David Miller como uma referência que oferece tal elemento, em que a não obrigatoriedade da nação de ser a única identidade fundamental do sujeito, além do entendimento do nacionalismo enquanto compromisso ético entre sujeitos iguais, são constituintes que

podem variar de tal forma de pensamento. Ou seja, o destaque é como a nação é capaz de gerar confiança entre os indivíduos, aumentando os graus de componentes democráticos, fundamentalmente aqueles ligados à redistribuição e a legitimidade da oposição política, não sendo o nacionalismo relegado ao irracionalismo de uma direita radical (Eatwell; Goodwin, 2019, p. 126-131).

A identidade nacional para além do conservadorismo

A caracterização do nacionalismo enquanto ligado a questões autoritárias visa não apenas questionar a legitimidade da identidade nacional, mas argumentar que qualquer tipo de significado coletivo é prejudicial à democracia, a partir de uma perspectiva que aponta o individualismo e a neutralidade como centros da democracia liberal. Esta parte do artigo visa mostrar que há várias formas de se entender o nacionalismo, a partir das vertentes conservadoras, liberais e socialista, em que há distinções em como lidar com os temas da cultura, da assimilação de outros grupos, da estabilidade da democracia e até mesmo do maior sucesso de políticas redistributivas.

Retomando o diálogo estabelecido a partir da obra *Theorizing Nationalism*, de Ronald Beiner, especificamente sobre o referencial teórico adotado por Bhikhu Parekh para o capítulo *The Incoherence of Nationalism*, Roger Scruton foi o autor escolhido por Parekh para exemplificar as opiniões expressas pelo campo do nacionalismo conservador. Nesse sentido, Scruton está particularmente preocupado em compreender a orientação daquilo que forma o “nós” na modernidade, pertencendo ao grupo de autores que coloca características de consanguinidade como fundadoras dessas identidades (Scruton, 1999, p. 279-280). Porém, o mesmo também analisa que elementos de uma comunidade imaginada (como em Benedict Anderson) são formadores da identidade nacional, estendendo para uma ideia de “comunidade de crenças”, que na explanação de Parekh está evidenciado pela sua consideração de Scruton, e do campo do nacionalismo conservador, enquanto defensor da nação a partir de território, idioma, costumes, práticas, histórias e, principalmente, um forte senso de pertencimento entre os membros da comunidade (Parekh, 1999, p.296-297).

Ou seja, as ideias de nação enquanto um “belonging”, a partir de certa vontade da mesma é o que constitui e formula a legitimidade e a união dos sujeitos de uma nação, conferindo sua estabilidade e durabilidade, para além de uma mera visão liberal do contrato (Parekh, 1999, p. 298). De certo, Scruton confirma tal interpretação, afirmando que determinado grau de “membership” é vital para além de uma formação jurídico-legal, que possa estabelecer quais são os membros de fato daquela sociedade e a qual ordenamento político são devidos direitos e deveres (Scruton, 1999, p. 284-287). Dessa forma, algum

componente não político, apreendido enquanto fora das disputas institucionais, foi essencial para a formação dos Estados nacionais europeus, desse “nós” (ou “we”) afirmativo, que coloca histórias antepassadas e vivências em comum enquanto imprescindíveis para a elaboração dessa identidade moderna (Scruton, 1999, p. 288-290).

Embora não seja expressamente citado por Parekh em seu texto, Will Kymlicka também contribuiu para o debate acerca do campo do nacionalismo liberal, ainda que a partir de uma vertente multiculturalista. Ao lidar com críticas de que determinadas comunidades podem demandar autonomia política para exercer poderes autoritários, Kymlicka lança o conceito de cultura societal (Kymlicka, 1995, p. 75). Tal concepção remete a uma noção de pertencimento comum a um grupo, cujos membros compartilham de determinados costumes, histórias e instituições. Com isso, o autor afirma que uma sociedade liberal não oferece apenas liberdade de expressão, mas disponibiliza aos indivíduos habilidades para julgar quais objetivos devem seguir a partir de suas concepções de bem. Nesse sentido, a maneira como avaliamos a realidade depende dessa cultura societal, da experiência de vida em comunidade, que foi responsável por moldar as categorias pelas quais compreendemos o mundo à nossa volta. Logo, para defender a liberdade de expressão, é necessário salvaguardar as mais variadas visões de mundo, inclusive as minorias oprimidas pelas majorias (Kymlicka, 1995, 61-69).

A partir de um referencial em Marquis de Condorcet, Kymlicka analisa a língua enquanto uma construção vernacular, própria das características daquele povo, que ajudou a fortalecer certo senso coletivo de nação, ao invés de eliminar as características de grupo, como imaginavam iluministas e até mesmo algum grupo de marxistas. De certa forma, autores vinculados ao campo do chamado nacionalismo liberal defendem que a democracia só pode ser plenamente realizada num contexto de Estado nação, mesmo em que exista conflito das características denominadas por Kymlicka enquanto “state nationalism” (da identidade hegemônica da nação) e “minority nationalism” (de minorias nacionais) (Kymlicka, 2001, p. 221-224). Novamente, Kymlicka ressalta como tal corrente de autores coloca o *welfare state* e a justiça social enquanto possível apenas por certo grau de confiança e senso de compartilhamento que a identidade nacional pode oferecer. O mesmo para a democracia, em que a legitimidade do resultado eleitoral depende da confiança e de um ambiente cultural comum para a aceitação do adversário enquanto diferente e não inimigo a ser eliminado (Kymlicka, 2001, p. 224-228).

According to liberal nationalists, however, the relationship between individual autonomy and national culture is more complex. Participation in a national culture, they argue, far from inhibiting individual choice, is what makes individual freedom meaningful. People make choices about the social practices around them, based on their beliefs about the value of these practices. And

one's national culture not only provides these practices, but also makes them meaningful to one (Kymlicka, 2001, p. 227).

Atendendo à vertente mais localizada no campo da esquerda, o socialismo nacionalista tem como principais características enxergar a identidade nacional como fundamental para a democracia, principalmente ao fornecer cenário mais eficiente para a redistribuição dos recursos econômicos. Parekh coloca Brian Barry como autor que apresenta tais colocações, em que a partir de uma concepção “fraca” de nacionalismo, distante daquela que coloca importância aos elementos étnicos, o pertencimento comum pode ser combustível para a estabilidade e o *welfare state*. Nesse sentido, o nacionalismo é mais instrumental do que um princípio ontológico de orientação das identidades, em que os significados compartilhados são invenções fora de uma interpretação naturalizada da mesma (Parekh, 1999, p. 301-302). Importante ressaltar que há autores do socialismo nacionalista que colocam maior relevância para a cultura, como o já citado David Miller, mas que o princípio fundamental do campo é pela primazia da redistribuição a partir do pertencimento comum.

A insistência no ponto de que a nação se dá para além de uma característica da administração burocrática do Estado, da garantia de uma *law and order* daquele local, colocando a importância de elaborar certo nível de identificação entre os compatriotas fortalecendo o desenho de suas fronteiras. Nesse sentido, a nação permite um corpo mais estável para a realização dos interesses individuais, inclusive àqueles ligados às características do *welfare state*, atendendo aos desejos dos sujeitos a partir do fortalecimento de seus laços comunitários (Barry, 1999, p. 259-264). Ou seja, Barry, assim como Kymlicka, procura estabelecer que a defesa das vontades dos cidadãos enquanto tais deve pressupor a garantia dos mesmos enquanto coletivo, ainda que isso seja um objeto instrumental para alcançar tal objetivo.

Significados compartilhados e democracia

Dentro das correntes teóricas que entendem os significados compartilhados como importantes para vários elementos da democracia, o comunitarismo teve relevante destaque, notadamente a partir das obras do filósofo canadense Charles Taylor. O ponto de partida para a compreensão do comunitarismo é a análise de que este parte de uma ontologia diferente daquela compartilhada pelo meio liberal. Nesse campo intelectual, os indivíduos são fundamentalmente elaborados a partir de sua base coletiva, pelo seu pertencimento dentro de alguma comunidade específica, importante para sua própria construção enquanto ser. O individualismo é colocado enquanto negador dessas características dos

significados compartilhados, em que seu princípio ético, principalmente a prioridade da justiça sobre as concepções de bem da sociedade, serve justamente como forma de obscurecer o axioma da ontologia coletiva. Charles Taylor debruça esses argumentos, considerando inválida certa abordagem a partir do que o mesmo denomina enquanto individualismo metodológico, de compreensão atomista, destacando a obra de Wittgenstein e sua reflexão da língua enquanto construção coletiva, argumentando sobre a impossibilidade de um idioma com referências individualistas de significados existirem (Taylor, 1995, p. 131-134).

Tal reflexão de Taylor faz parte de seu debate sobre as categorias dos bens irreduzivelmente sociais, entendendo que a analogia linguística pode ser aplicada no contexto da sociedade, analisando como construídos os elementos que dão sentido às características mundanas, não apenas avaliadas por algum tipo de felicidade individual (como no atomismo, mas também no utilitarismo). No comunitarismo, questões coletivas são um bem moral em si, interpretando os significados compartilhados a partir de um olhar para os valores, numa construção teórica que põe a proteção das culturas como prioridade em relação às oportunidades individuais dos sujeitos. A cultura, nesse sentido, é verificada enquanto parte de uma elaboração não individualista do mundo, sendo sua defesa devendo ser enxergada enquanto bem social a ser salvaguardado, exatamente numa lógica em que há bens que são inerentemente sociais (Taylor, 1995, p. 135-138).

Taylor destaca o domínio de um liberalismo que denomina enquanto procedimental, da visão de que a sociedade não deve adotar princípio geral de bem comum. Ao contrário, sua missão é auxiliar nas buscas dos bens individuais, novamente retomando para uma ontologia individualista. Agora, seu ponto é por tomar o patriotismo como elemento de característica dos significados compartilhados, numa análise mais republicana (que foca principalmente na participação política dos sujeitos do agrupamento), que é visto por esse liberalismo a partir de uma análise crítica da relação entre comunidade e identidade, dando primazia ao indivíduo (Taylor, 1995, p. 185-188). Ao se afastar desse atomismo metodológico, Taylor novamente busca destacar a sociedade a partir da construção coletiva, mas em que certo tipo de bem comum para ser defendido, este sendo fundamental para a solidariedade dentro de uma república. (Taylor, 1995, p. 190-193). Ou seja, tal tese republicana (ou patriótica) se coloca como um elemento moral que possibilita a coesão de uma comunidade a partir de alguma identidade, oferecendo contraponto ao liberalismo procedimental, principalmente de tipo atomista, que vê tal abordagem como não moderna (Taylor, 1995, p. 194-197).

Not only has been patriotism been an important bulwark of freedom in the past, but it will remain unsubstitutable so for the future. The various atomist sources of allegiance have not only been insufficient to generate the vigorous

defensive reaction to crimes like Watergate; they will never be able to do so, in the nature of things. Pure enlightened self-interest will never move enough people strongly enough to constitute a real threat to potential despots and putschists. Nor will there be enough people who are moved by universal principle, unalloyed with particular identifications, moral citizens of the cosmopolis, Stoic or Kantian, to stop these miscreants in their tracks. (Taylor, 1995, p. 197).

Por fim, David Miller foi outro autor que se notabilizou por uma construção teórica em prol de analisar de forma não apenas negativa o pertencimento coletivo. Miller, nesse sentido, construiu um debate em prol de uma sociedade organizada a partir dos seus significados compartilhados, destacando o caráter nacionalista como importante para a construção da sociedade moderna. O autor desenvolve uma distinção entre ética universalista e particular de nação, em que a primeira diz respeito à afirmação de que os sujeitos devem os mesmos direitos e deveres a todos, enquanto o segundo coloca maior preferência na opção particular para a atuação dessas obrigações (Miller, 1995, p. 49-52). Nesse sentido, os universalistas examinam enquanto seu princípio normativo um sistema ético formal e de direitos básicos, analisando que uma abordagem a partir dos elementos particulares não fornecem questões suficientes para uma ética coerente. Por outro lado, os particularistas enxergam a ética a partir da identidade pessoal grupal de cada um, considerando que a abstração universalista apaga essas preferências em prol de uma identidade pouco palpável (Miller, 2005, p. 53-57).

Se colocando favorável ao campo da abordagem via particularismos, Miller destaca a dificuldade dos universalistas em criar modelos de obrigatoriedade de cooperação entre os cidadãos, que se baseie numa relação nacional e de identidade mais profunda, não apenas por questões formais. Tal prognóstico cai numa solidariedade de tipo voluntarista, na qual faltam motivos para de fato proteger uma nacionalidade, constituída de laços fortalecidos entre os sujeitos (Miller, 2005, p. 58-61). A ética particularista enxerga a comunidade enquanto relação mútua, em que todos apresentam deveres que devem ser atendidos para possibilitar o bom funcionamento da vida em comum. Isso não significa que os sujeitos devam abrir mão de suas individualidades e concepções de bem próprias em prol de uma moralidade do grupo, deixando espaço para tal manifestação (Miller, 2005, p. 65-68).

Em uma nação, essas obrigações não são formações óbvias, que nascem espontaneamente nas mentes dos cidadãos, geralmente sendo determinadas pela cultura pública daquele país em questão, que coloca maiores ou menores deveres aos indivíduos. Além disso, o grau de coesão social via nacionalismo é mais estável do que em associações meramente mediadas por uma lógica racional de associação, já que tais responsabilidades são fruto de um acordo histórico, mas que se mantém ativo (e que pode ser alterado ao longo

do tempo) (Miller, 2005, p. 69-72). Nisso, enquanto os universalistas preferem falar em nome dos direitos básicos universais, que devem atender a todos, independentemente das concepções de grupo estabelecidas, Miller chega a levantar o questionamento de que tal arcabouço intelectual acaba por criar uma forma de imperialismo benevolente, que ignora as considerações de autodeterminação, já que os princípios éticos são definidos a priori (Miller, 2005, p. 73-80).

O objetivo de Miller é pensar a identidade nacional como forma de construção legítima de identidades, sem que necessariamente carregue o estigma de um fenômeno iliberal e autoritário. Nisso, o autor destaca dois problemas da perspectiva cosmopolita, sendo a possibilidade de dissolução das experiências culturais dos povos, além da desigualdade no acesso aos bens e produtos industrializados, que acabam por aumentar a desigualdade entre os membros da nação. Na realidade, a questão do distanciamento entre elites nacionais e povo é uma preocupação de Miller, que se formaria um grupo global de elites, fora dos paradigmas tradicionais da nação, que foram fundamentais para a consolidação do estado de bem estar social e das políticas de redistribuição econômica (Miller, 1995, p. 183-187).

A partir disso, é possível compreender de que maneira David Miller aponta a importância do pertencimento coletivo e dos significados compartilhados para a democracia. Dentro de uma concepção que apontam os sujeitos enquanto formados pelas suas características culturais, é preciso apresentar uma teoria que também leve em consideração componentes ligados a seu pertencimento, não apenas uma construção abstrata e afastada das condições mundanas, como o autor argumenta que é realizado pela corrente universalista da teoria política. Isso significa que, na visão de Miller, pensar em democracia significa estabelecer a importância do pertencimento, sobretudo para sua estabilidade e eficiência em demonstrar uma união entre os cidadãos.

Considerações finais

O presente artigo apontou variadas definições acerca do conceito de populismo, mas que giram em torno de algumas questões: antipluralismo que reparte a população de determinado país entre o “verdadeiro povo” e os inimigos e uma nova forma de democracia representativa, em que a ideia de uma conexão representante e representado que não se forme a partir de agentes intermediários, como a imprensa. Tal questão ressurgiu dentro da arena política global por diversos pontos anteriores ao populismo, como o aumento da desigualdade nos países centrais, a flutuação salarial após a crise de 2008, as mudanças de estabilidade do trabalho da globalização, além de fortes mudanças étnicas advindas da

chegada de imigrantes à Europa e EUA, mudando profundamente o entendimento que tais países apresentam sobre sua própria formação nacional.

Porém, o ponto fundamental é por estabelecer que tais construções intelectuais apresentam leituras demasiado negativa do nacionalismo (com exceção ao livro de Roger Eatwell e Matthew Goodwin), em que o mesmo está intimamente relacionado à faceta mais autoritária do populismo, notadamente sua característica antipluralista e criadora de uma cisão amigo vs. inimigo dentro da arena pública. Trazendo obras como as de David Miller, Charles Taylor e Will Kymlicka, pode-se notar como o compartilhamento de significados compartilhados pode ser fundamental para fortalecer elementos ligados à democracia, como os laços de solidariedade entre os sujeitos, fortalecendo a sensação de mútua confiança, na qual as políticas redistributivas e o reconhecimento da oposição como legítima podem florescer com mais facilidade.

Por fim, a questão não é alegar que a definição do populismo como ligado ao nacionalismo de direita é errônea. Muito pelo contrário, existem muitas formas pelas quais a identidade nacional pode realmente ser veículo de ideias e ações autoritárias, e a direita radical utiliza de tal repertório com frequência. Porém, é importante destacar que podem existir outras formas de pensar a questão, de maneira a pontuar mais nuances, compreendendo que a identidade nacional é elemento presente na subjetividade dos sujeitos, e que percepções ligadas ao pertencimento coletivo cumprem seu papel da expressão das culturas. Embora o populismo autoritário seja um grande desafio para as democracias contemporâneas, relegar a identidade nacional a aspecto autoritário deixa de levar em consideração suas possibilidades, que podem, na realidade, fortalecer os laços que estão sendo perdidos justamente por conta do fenômeno populista.

Recebido em 17 de maio de 2024.

Aceito para publicação em 09 de julho de 2024.

Referências

BAUER, Michael W.; BECKER, Stefan (2020) “**Democratic Backsliding, Populism, and Public Administration**”, **Perspectives on Public Management and Governance**, Volume 3, Issue 1, March, pp 19–31.

BARRY, B. “**Self-Government Revisited**”. In: Beiner, R. *Theorizing Nationalism*. New York: State University of New York Press, 1999.

DE VRIES, C. E.; TAVITS, M.; SOLAZ, H. **Economic hardship, rightwing authoritarianism and the demand for socially conservative policies.** In: University of Essex. 2017.

EATWELL, Roger & GOODWIN, Matthew. **Nacional-populism: the revolt against liberal democracy,** London: Pelican, 2020.

GIDRON, Noam & HALL, Peter (2019). **Populism as a Problem of Social Integration.** *Comparative Political Studies*, 53(7):1027–1059.

MÜLLER, Jan-Werner. **What is Populism?** Philadelphia: University of Philadelphia Press, 2016.

KYMLICKA, W. **Politics in the vernacular: Nationalism, multiculturalism and Citizenship.** New York: Oxford University Press, 2001.

KYMLICKA, W. **Multicultural Citizenship. A Liberal Theory of Minority Rights.** Oxford: Oxford University Press. 1995.

PAREKH, B. “**The Incoherence of Nationalism**”. In: Beiner, R. *Theorizing Nationalism.* New York: State University of New York Press, 1999.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises of Democracy.** Cambridge: Cambridge, University Press, 2019.

TAYLOR, C. “**Irreducible social goods.**”, “**Cross-Purposes: The liberal-communitarian debate.**”, “**The politics of recognition.**” In: Taylor, Charles. *Philosophical arguments.* Cambridge- Mass, Harvard University Press, 1995.

URBINATI, Nadia. **Me the People. How populism transforms democracy.** Cambridge, London: Harvard University Press, 2019.